



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

ESTADO DA EDUCAÇÃO

NA RAM 2012

Janeiro de 2013

Observatório do Sistema Educativo
Região Autónoma da Madeira

Morada:
Estrada Comandante Camacho de Freitas
9020-148 Funchal

Telefone: 291 701090

Email: osecram@madeira-edu.pt



ÍNDICE

1. Caraterização da população madeirense.....	2
1.1. Composição etária	2
1.2. Qualificação da população madeirense	4
1.3. Relação entre qualificação e emprego	5
2. Educação de infância.....	6
2.1. Oferta e acesso.....	6
2.2. Educadores de infância.....	8
2.3. Resultados.....	10
3. Ensinos Básico e Secundário.....	12
3.1. Oferta	12
Oferta de nível básico – níveis de qualificação 1 e 2	15
Oferta de nível secundário – níveis de qualificação 3 e 4	18
3.2. Acesso.....	20
Inscritos em modalidades de educação básica - níveis de qualificação 1 e 2.....	20
Inscritos em modalidades de nível secundário - níveis de qualificação 3 e 4	23
3.3. Apoios.....	25
Educação especial.....	25
Escola a Tempo Inteiro.....	26
3.4. Professores.....	28
3.5. Resultados.....	32
Taxa real de escolarização.....	32
Saída escolar precoce.....	33
Conclusão e certificação	34
GLOSSÁRIO	35

1 Caracterização da população madeirense

1.1. Composição etária

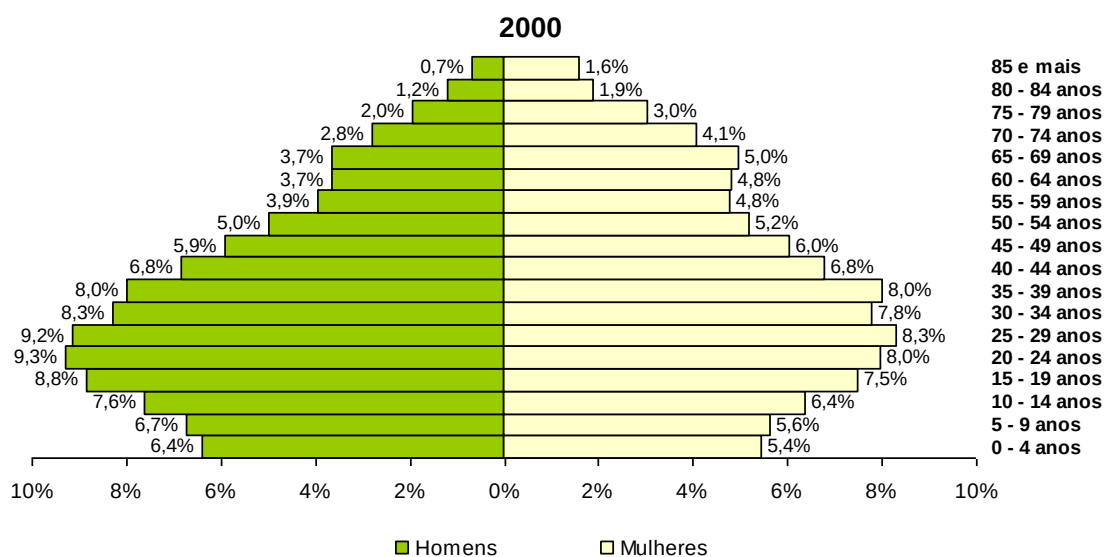
Em 2011, a população residente na Madeira era 266.540 (Estimativas da população residente na Região Autónoma da Madeira, para 31 de dezembro de 2011, aferidas com os resultados provisórios dos Censos 2011), mais 21.529 que no censo de 2001, sendo a proporção de mulheres superior à dos homens: 53% e 47%, respetivamente.

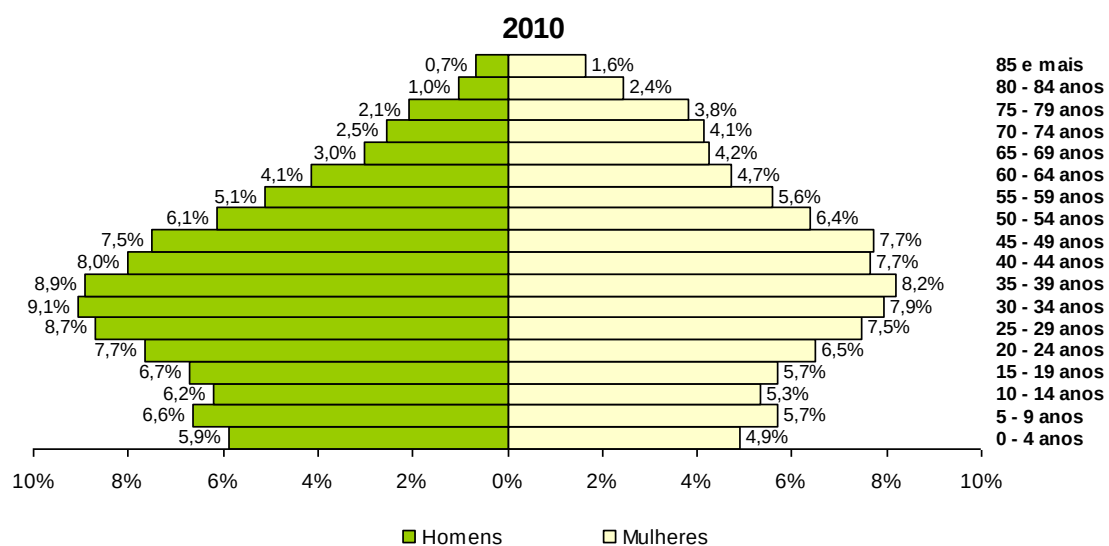
O índice de envelhecimento aumentou na última década, mas ainda assim

somos a segunda região do país com o índice mais baixo. Na Madeira, o número de idosos por cada 100 jovens passou de 69 no ano de 2000 para 75 em 2010, ao passo que no Continente o valor passou de 105 para 123.

As pirâmides etárias referentes a 2000 e 2010 (Figura 1.1.1.) confirmam o envelhecimento, registando um aumento da percentagem da população nos escalões mais elevados e uma diminuição nos escalões mais baixos.

Figura 1.1.1. Pirâmides etárias da população residente. Madeira (em %) (2000 e 2010)





Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

1.2. Nível de escolaridade da população madeirense

A estrutura dos níveis de educação da população portuguesa e madeirense tem vindo a alterar-se durante a última década. Em 2001 era ainda elevada a proporção de indivíduos madeirenses sem qualquer nível de escolaridade completo (31,5% da população e a segunda região do país com a percentagem mais elevada). Apesar do decréscimo gradual, em 2011 esta percentagem ainda era de 21,7%.

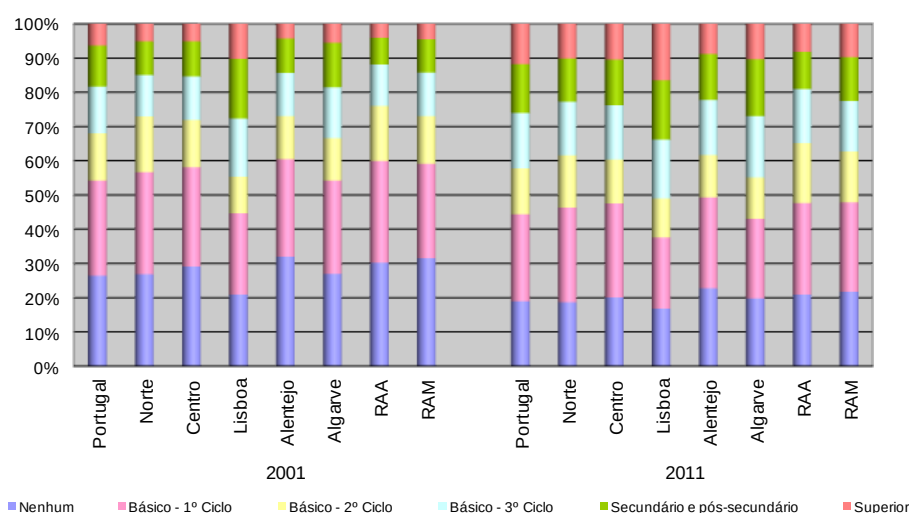
No mesmo período registou-se, em todos os níveis de ensino, um aumento considerável da população a concluir os respetivos níveis de ensino, em especial ao nível do ensino secundário e pós-secundário (+10,6 milhares) e ensino superior (+14,9 milhares).

Esta evolução teve como resultado que a população com níveis de escolaridade mais baixas (iguais ou inferiores ao 1º ciclo do ensino básico) tivesse finalmente deixado de ser maioritária (59%), mantendo no entanto um peso considerável quando comparado com os níveis de escolaridade mais elevados, onde o 1º ciclo do ensino básico

continua a ser o nível que regista maior percentagem de população residente (36%).

Ao discriminar os níveis de educação por região verifica-se que, na década em análise, todas as regiões registam um aumento percentual da população com níveis mais elevados e uma diminuição dos que não detêm qualquer qualificação. Neste último nível, as regiões Alentejo, RAM, RAA e Centro são as que, apesar da redução, continuam a ter maior percentagem de população sem qualquer nível de escolaridade com valores superiores aos de Portugal. Nos níveis mais elevados, a região de Lisboa continua a ser a que apresenta percentagens superiores às restantes e a única com valores superiores à média nacional. No caso particular da RAM, esta apresenta uma evolução muito favorável, mais que duplicando o número de pessoas com este nível de ensino completo, e posicionando-se à frente das regiões RAA e Alentejo, em 2011.

Figura1.2.1. Nível de ensino completo pela população residente (em %) por NUTS II



Fonte: INE, Censos

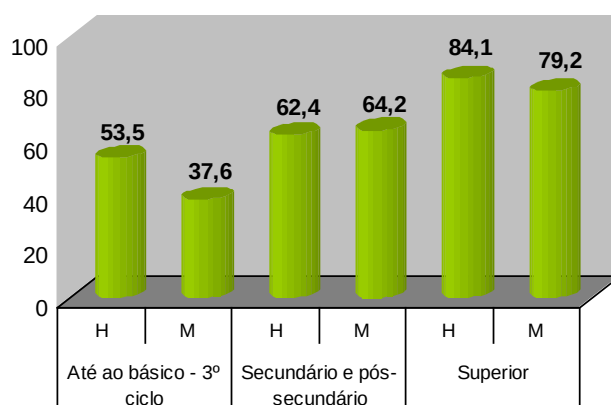
1.3. Relação entre níveis de escolaridade e emprego

Um olhar sobre os níveis de escolaridade e a inserção no mercado, revela uma relação positiva entre qualificação e emprego, expressa no fato de a taxa de emprego ser sempre mais elevada para os detentores de ensino superior do que para os diplomados dos outros níveis de ensino, diminuindo à medida que se desce na escala das qualificações. Se nos focalizarmos na análise por sexo,

verifica-se que a taxa de emprego no sexo masculino é superior nos níveis mais baixos e nos elevados.

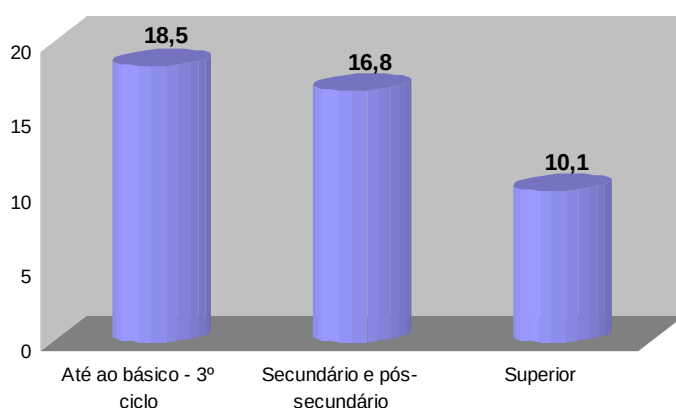
Confrontando os dados do emprego com os de desemprego, verifica-se que a taxa de desemprego é mais baixa para os níveis de qualificação mais altos. Este fato permite-nos confirmar a vantagem de uma educação de nível superior, tanto no acesso ao emprego como nas probabilidades de o manter.

Figura1.3.1. Taxa de emprego (%) na RAM por nível de escolaridade completo (2º trimestre de 2012)



Fonte: INE, Estatísticas do Emprego

Figura1.3.2. Taxa de desemprego (%) na RAM por nível de escolaridade completo (2º trimestre de 2012)



Fonte: INE, Estatísticas do Emprego

2 Educação de infância

2.1. Oferta e acesso

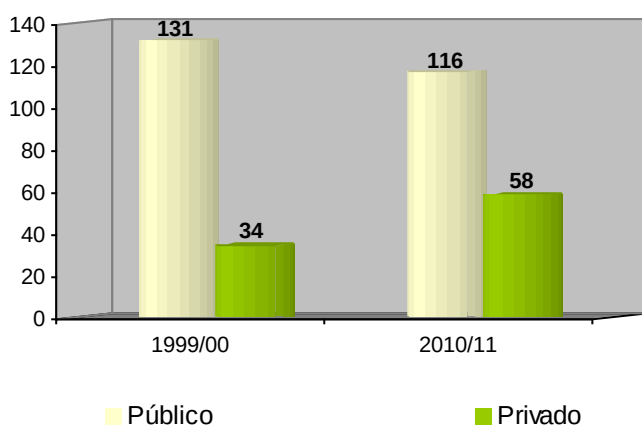
A tabela 2.1.1. e a figura 2.1.1. apresentam a evolução do número de estabelecimentos de educação de infância no período compreendido entre 1999/00 e 2010/11 e confirmam um padrão de crescimento global, com um pequeno decréscimo no último ano.

Na tabela é patente uma quebra da rede pública compensada pelo aumento da rede privada. Mesmo assim é de notar que no cômputo global há um acréscimo positivo de 9 estabelecimentos, que corresponde a um aumento de 5,5%, em relação a 1999/2000.

Tabela 2.1.1. Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar na RAM (n.º), por natureza institucional

	1999/00	2006/2007	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Público	131	120	119	120	120	116
Privado	34	50	53	55	58	58
Total	165	170	172	175	178	174

Figura 2.1.1. Evolução das redes pública e privada de educação pré-escolar na RAM



O aumento de 5,5% de estabelecimentos de educação pré-escolar, correspondeu a um aumento de 15% de crianças inscritas.

A figura 2.1.2. mostra a evolução do número de crianças inscritas entre 1999/00 e 2010/11, nas redes pública e privada. Na rede pública, apesar do

decréscimo do número de estabelecimentos no período em análise, registou-se um aumento do número de crianças inscritas na ordem dos 14%. Na rede privada o acréscimo de 24 estabelecimentos representou um incremento de crianças inscritas na ordem dos 14%. Na análise da distribuição por idade (figura 2.1.3) as

crianças na idade dos 5 anos são aquelas que apresentam maior percentagem, não podendo descurarmos o facto da taxa de

pré-escolarização nesta idade estar próxima da universalidade.

Figura 2.1.2. Crianças inscritas, por natureza institucional. Madeira

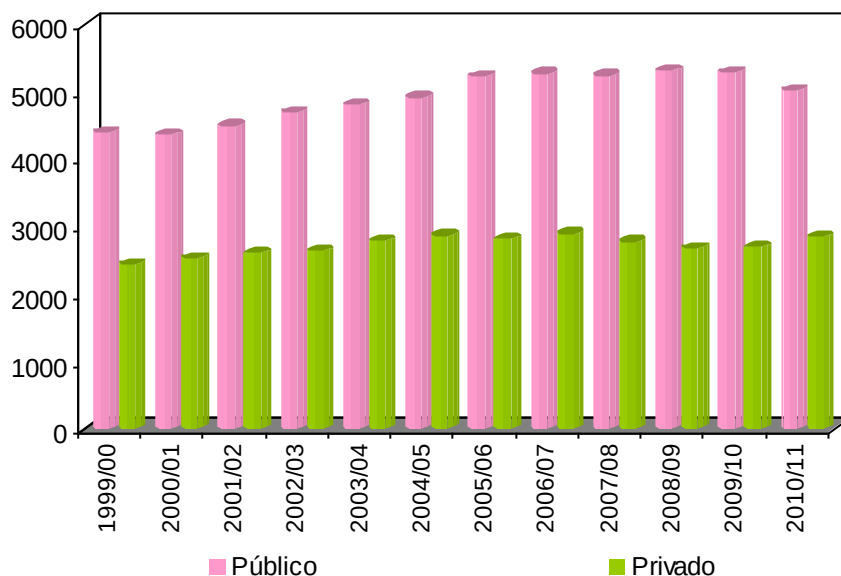
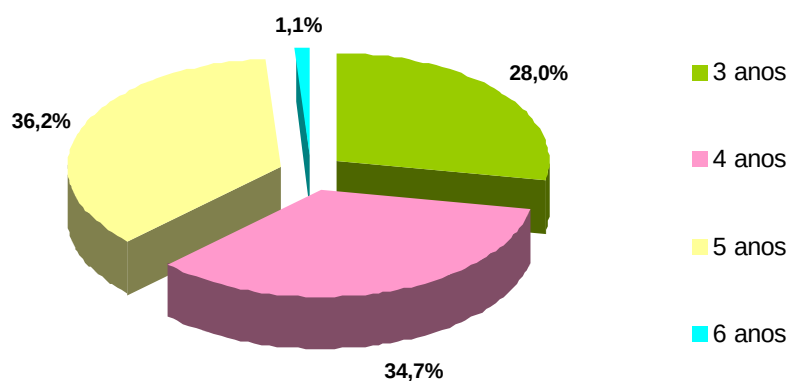


Figura 2.1.3. Distribuição etária das crianças inscritas na educação de infância. Madeira (2010/11)



2.2. Educadores de infância

Em 2010/11 existiam 1182 educadores de infância na Madeira, sendo 814 na rede pública e 368 na rede privada. A figura 2.2.1. retrata a evolução da percentagem de educadores de infância em exercício nas redes pública e privada de educação pré-escolar, entre o ano letivo 1999/00 e 2010/11. Nos anos em análise, verifica-se que a percentagem de educadores da rede pública é superior à rede privada. Esta distribuição é, de certa forma, consentânea com a distribuição das crianças inscritas, em 2010/11 (64% das

crianças inscritas encontram-se na rede pública).

Analisando a estrutura das habilitações dos educadores, observa-se que o grau de licenciatura é o mais representativo, em todos os anos em análise.

A Figura 2.2.3 mostra a evolução dos educadores em exercício por grupos etário, onde se constata uma diminuição dos educadores com menos de 30 anos e um aumento dos que possuem mais de 50 anos, evidenciando uma tendência de envelhecimento dos educadores de infância.

Figura 2.2.1. Educadores de infância em exercício (%), segundo a natureza institucional. Madeira

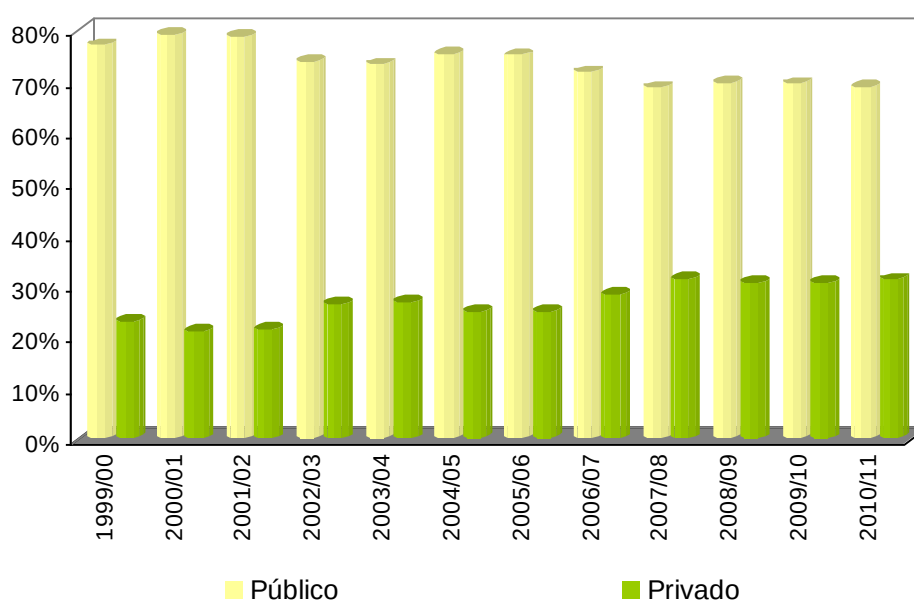


Figura 2.2.2. Número de educadores de infância por grau académico. Madeira

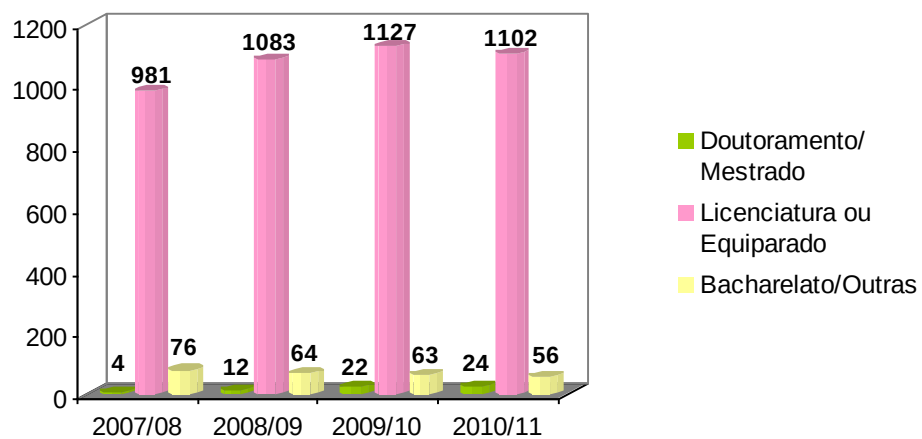
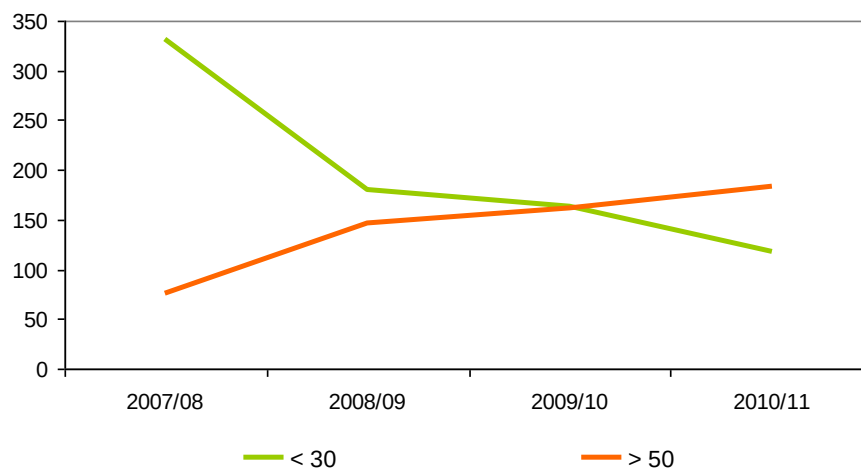


Figura 2.2.3. Educadores de infância, em exercício, com menos de 30 e com 50 e mais anos. Madeira



2.3. Resultados

A evolução da taxa de pré-escolarização na última década ilustra uma evolução positiva de alunos a frequentarem este nível de ensino.

Numa análise por idades, verifica-se que as crianças de 3 e 4 anos são as que mais contribuem para o crescimento das taxas de pré-escolarização, num movimento de aproximação aos níveis já atingidos pelos 5 anos.

Em termos de duração média da pré-escolarização tem havido uma evolução também positiva na última década, passando de 2,3 (1999/00) para 2,7 (2010/11).

Na comparação das taxas de pré-escolarização com as restantes regiões do país, a Madeira possui valores mais elevados que a média nacional, sendo a terceira região com a taxa mais elevada, sendo superada pela região Centro e Alentejo.

Em termos internacionais, vamos analisar a posição da Madeira em diferentes contextos. O primeiro

contexto é o da União Europeia e tem como referência o Quadro Estratégico de Cooperação Europeia em matéria de Educação e Formação (EF 2020) e o segundo é o da Organização de Estudos Ibero-Americanos (OEI) e pauta-se pelas Metas Educativas definidas pela OEI para 2021. No contexto da União Europeia os dados de 2010/11 apresentam a Madeira com uma taxa de pré-escolarização de crianças com idades compreendidas entre os 4 anos e a entrada no ensino obrigatório, na ordem dos 94,7%, cumprindo assim com a meta definida para 2020 (95%).

O segundo contexto (OEI) focaliza o grupo etário entre os 3 anos e o início da escolaridade obrigatória e estabelece como horizonte o ano de 2021, em que se espera alcançar 100% da taxa de pré-escolarização, apresentando a Madeira uma taxa de 90,2%, portanto 10 p.p. abaixo da meta definida.

Tabela 2.3.1. Taxa de pré-escolarização (%), por idade e sexo. Madeira

	1999/00	...	2009/10		2010/11		
	HM	HM	H	M	HM	H	M
3 anos	52,9	77,5	77,0	78,0	80,5	81,3	79,6
4 anos	76,9	90,5	90,8	90,2	93,3	92,3	94,3
5 anos	100,0	97,5	97,7	97,4	96,2	96,6	95,7
3 a 5 anos (meta 2021)	78,4	89,0	89,0	89,0	90,2	90,3	90,2
4 a 5 anos (meta 2020)	90,6	94,0	94,2	93,9	94,7	94,5	95,0

Figura 2.3.1. Evolução da duração média da pré-escolarização por sexo. Madeira

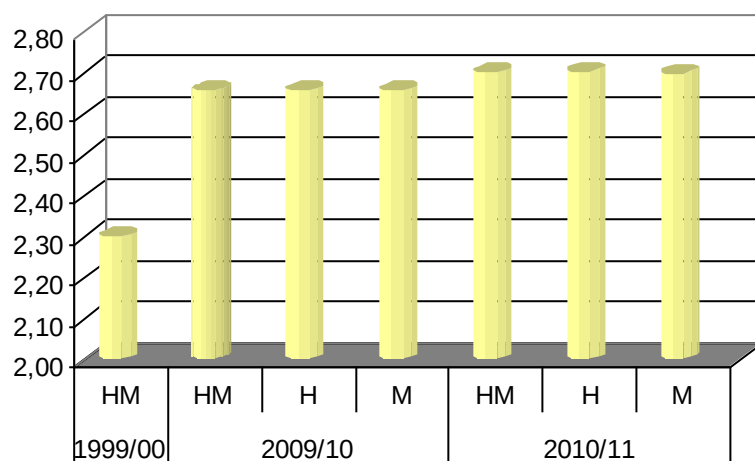


Tabela 2.3.2. Taxa de pré-escolarização (3, 4 e 5 anos) (%) por sexo e NUTS I e II

	2008/2009			2009/2010			2010/2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	82,3	82,4	82,1	83,9	84,5	83,3	85,7	86,6	84,8
Continente	82,2	82,3	82,0	83,8	84,4	83,1	85,6	86,5	84,7
Norte	83,2	83,2	83,2	86,6	87,6	85,7	89,1	90,3	87,8
Centro	91,7	91,4	91,9	90,5	90,7	90,3	92,1	92,8	91,4
Lisboa	73,2	73,4	73,0	75,0	75,6	74,3	76,7	77,6	75,7
Alentejo	93,9	94,5	93,3	95,3	95,9	94,6	97,9	98,0	97,8
Algarve	74,2	75,8	72,5	75,0	75,2	74,7	75,2	75,5	74,9
RAA	80,7	80,6	80,7	84,5	84,9	84,0	83,7	85,0	82,4
RAM	86,6	86,4	86,7	89,0	89,0	89,0	90,2	90,3	90,2

3 Ensinos Básico e Secundário

3.1. Oferta

A oferta de nível básico e secundário, do ano letivo 2010/2011, está sintetizada na Figura 3.1.1. e corresponde aos níveis 1 a 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), que entrou em vigor a 1 de Outubro de 2010. O QNQ abrange o ensino básico, secundário e superior, a formação profissional e os processos de reconhecimento, validação e certificação de competências, estruturando-se em 8 níveis, dos quais apenas trataremos os 4 primeiros no presente capítulo:

Nível 1 – 2º ciclo do ensino básico

Nível 2 – 3º ciclo do ensino básico obtido no ensino básico, ou por percursos de dupla certificação

Nível 3 – Ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos de nível superior

Nível 4 – Ensino secundário obtido por percursos de dupla certificação ou ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos de nível superior, acrescido de estágio profissional com um mínimo de 6 meses.

Os níveis de formação profissional que eram anteriormente utilizados encontram correspondência nos atuais níveis de qualificação, de acordo com o estabelecido na tabela 3.1.1 que reproduz o anexo correspondente do QNQ.

Figura 3.1.1. Oferta de educação e formação de nível básico e secundário – níveis 1 a 4 do QNQ

Anos de escol.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	1º ciclo				Ensino básico 2º ciclo		3º ciclo			Ensino secundário		
	Ensino básico geral				Ensino básico geral		Ensino básico geral			Cursos Científico-Humanístico		
										Cursos Tecnológicos		
										Cursos Profissionais		
										Cursos de Aprendizagem		
					Ensino Vocacional		Ensino Vocacional			Ensino Vocacional		
	Ensino Artístico				Ensino Artístico		Ensino Artístico			Cursos Artísticos Especializados		
	Percursos Curriculares Alternativos (PCA)				Percursos Curriculares Alternativos (PCA)		Percursos Curriculares Alternativos (PCA)					
					Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)		Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)					
					Cursos de Educação e Formação		Cursos de Educação e Formação			Cursos de Educação e Formação		
					Programa Oportunidade I e II		Programa Oportunidade III e Profissionalizante					
					Profij I Tipo 1		Profij II Tipo 2 e 3			Profij IV		
										Cursos com planos próprios		
	Ensino Recorrente				Ensino Recorrente		Ensino Recorrente			Ensino Recorrente		
	Educação e Formação de Adultos				Educação e Formação de Adultos		Educação e Formação de Adultos			Educação e Formação de Adultos		
	Programa Reativar				Programa Reativar		Programa Reativar			Programa Reativar		
	Formações Modulares									Formações Modulares		
										Vias de conclusão do Ensino Secundário		
	RVCC - B1				RVCC - B2		RVCC - B3			RVCC - S		
Níveis de qualificação (Quadro Nacional de Qualificações)					1		2			3 e 4		

Legenda:

 Continente, RAA e RAM
 Continente
 RAA e RAM

 RAA
 Continente e RAM
 Continente e RAA

Tabela 3.1.1. Correspondência entre os níveis de educação e de formação e os níveis de qualificação

Níveis de educação e de formação (1)	Níveis de qualificação
2º ciclo do ensino básico Nível 1 de formação	1
3º ciclo do ensino básico Nível 2 de formação	2
Ensino Secundário via prosseguimento de estudos Nível 3, sem conclusão do ensino secundário	3
Ensino secundário e nível 3 de formação	4

Nota: (1) Níveis de formação de acordo com a estrutura dos níveis de formação profissional, definidos pela Decisão nº 85/368/CEE, do Conselho, de 16 de Julho publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, nº L199, de 31 de Julho de 1985

Fonte: Portaria nº 782/2009, de 23 de Julho que regula o Quadro Nacional de Qualificações e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais

Oferta de nível básico – níveis de qualificação 1 e 2

Da conjugação dos sistemas de educação e de formação decorre que, para a obtenção de uma qualificação escolar e ou profissional de níveis 1 e 2, a oferta diverge conforme a idade dos candidatos, os objectivos de qualificação e os percursos experienciais e escolares vividos. A oferta de dupla certificação de nível 2 está sistematizada na página seguinte.

■ *Percursos Curriculares Alternativos (PCA)*, é um programa do ensino básico regular que visa uma pedagogia diferenciada, destinado a grupos específicos de alunos que encontrando-se dentro da escolaridade obrigatória apresentem insucesso escolar repetido, problemas de integração na comunidade escolar ou risco de abandono ou exclusão. Por ser exclusivamente escolar, esta são incluídos na síntese da página seguinte.

Para os indivíduos a partir dos 15 anos, há uma grande diversidade de oferta de educação/formação por forma a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória, através de outras modalidades escolares ou de dupla certificação. Aqui se incluem:

■ *Cursos de Educação e Formação (CEF)*, que permitem que jovens em risco de abandono do sistema ou que já o abandonaram possam concretizar um projecto escolar e profissional, através de um percurso flexível que, por princípio, não prejudica o prosseguimento de estudos. Os vários percursos dos CEF estão identificados na síntese da página seguinte, com excepção do tipo 1, por ser exclusivamente escolar. Este percurso tem a duração de 2 anos (1 125h), conferindo certificação de conclusão de 6º ano e, portanto, de nível de qualificação 1.

■ *Cursos vocacionais ou profissionalizantes de nível II* (níveis de certificação profissional anteriores ao QNQ), que também surgem no elenco de oferta deste nível, não só porque ainda existem cursos em funcionamento, mas também por força da aplicação da Iniciativa Novas Oportunidades que estabelece como meta “garantir que até 2010 [seja] proporcionado a todos os jovens em risco de abandonar o sistema de ensino sem cumprirem a escolaridade obrigatória a integração em vias profissionalizantes que permitam concluir o 9º ano de escolaridade”.

■ *Ensino Recorrente*, como oferta de segunda oportunidade.

Inscrito numa estratégia mais ampla de inserção escolar e profissional que conduziu à construção do *Programa Oportunidade/PERE*, programas específicos de recuperação da escolaridade, a região Autónoma dos Açores disponibiliza um sub-programa profissionalizante, mas que não confere certificação profissional, destinado a alunos com retenção repetida, que assim podem obter equivalência ao 3º ciclo e beneficiar de um rápido ingresso no mundo do trabalho.

■ *Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)*, é um programa do ensino básico regular orientado para a reinserção escolar tendo em vista o cumprimento da escolaridade obrigatória. Destina-se a jovens a partir de 15 anos que se encontrem em situação de exploração de trabalho infantil, ou a menores com idade igual ou superior a 16 anos que celebrem contratos de trabalho.

A partir dos 18 anos, é então possível aceder a outras vias de qualificação como:

■ *Cursos de Educação e Formação de Adultos*, doravante designados Cursos EFA, que proporcionam dupla certificação e se destinam a indivíduos que não tenham concluído a escolaridade básica nem possuam *qualificação profissional*. Os Cursos EFA de tipo B1, B2 e B1+B2 não constam da síntese da página seguinte por certificarem apenas qualificação escolar de nível 1.

■ *Formações Modulares*, especialmente dirigidas à população empregada, têm em vista facilitar o acesso a uma ou mais qualificações através da construção de itinerários individuais,

em regime modular, baseados na capitalização de unidades de formação de curta duração. As Formações Modulares que se dirigem à conclusão do 2º ciclo do ensino básico não constam da síntese da página seguinte por apenas atribuírem qualificação escolar de nível 1.

■ *Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências* (RVCC), através dos quais os indivíduos que não tenham concluído a escolaridade de nove anos o podem conseguir através da certificação de saberes adquiridos em contextos formais, não formais e informais e da sua contabilização para efeitos de formação.

VIAS DE CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE DUPLA CERTIFICAÇÃO Nível de qualificação 2

Eixo Jovens - ≥ 15 anos (ou menos em casos excepcionais)

Cursos de Educação e Formação (CEF)

Percurso	Acesso	Duração	Certificação
Tipo 2	6º ou 7º ou frequência do 8º	2109h (2 anos)	9º ano de escolaridade - qualificação de nível 2
Tipo 3	8º ano ou frequência do 9º ano	1200h (1 ano)	9º ano de escolaridade - qualificação de nível 2

Fonte: Regulamento dos Cursos de Educação e Formação, aprovado pelo Despacho Conjunto nº 453/2004, DR 175, II, de 27 de Junho, com a redação da Rectificação nº 1673/2004, DR 211, II, de 7 de Setembro
RAM: Decreto Legislativo Regional nº 17/2005/M; Retificação à Portaria nº 118/2005; Portaria nº 72/2011; Portaria 73/2011

Cursos vocacionais ou profissionalizantes de nível II em escolas profissionais

Acesso	Duração	Certificação
6º ano	3 anos	Diploma de EB - certificação profissional de nível 2 (anterior ao QNQ)

Fonte: Decreto-Lei 4/98, de 8 de Janeiro, Artº 10º

Eixo adultos - ≥ 18 anos (ou menos em casos excepcionais)

Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA)

Percurso	Acesso	Duração	Certificação
B3	2º ciclo	1940h	3ºCEB - qualificação de nível 2 e Diploma
B2+B3	1º ciclo	2390h	3ºCEB - qualificação de nível 2 e Diploma
Na sequência de RVCC	<1º ciclo	2390h**	3ºCEB - qualificação de nível 2 e Diploma

Nota: ** Ajustável em função ds referenciais constantes no Catálogo Nacional de Qualificações

Fonte: Portaria nº 230/2008, de 7 de Março (DR 48, 1ª série, 7 de Março)

RAM: Portaria nº 80/2008; Portaria nº 74/2011

Formações Modulares				
Percurso	Nível	Acesso	Duração	Certificação
Variável	2 (3º CEB)	Sem qualificação adequada e prioritariamente sem Educação Básica	3 anos	Certificado de Unidades concluídas Certificado final e diploma sujeitos a validação de percurso por CNO

Fonte: Portaria nº 230/2008, de 7 de Março (DR 48, 1ª série, 7 de Março)

RAM: Portaria nº 80/2008; Portaria nº 74/2011

Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)			
Percurso	Acesso	Duração	Certificação
RVCC Escolar	<9º ano	Variável (depende das competências adquiridas)	Certificação escolar parcial Certificação escolar total: 1º ciclo ou 2º ciclo Certificação escolar de 3º ciclo e Diploma de EB
RVCC Profissional	<9º ano	Variável (depende das competências adquiridas)	Certificação escolar parcial Certificação profissional total
RVCC Profissional	9º ano	Variável (depende das competências adquiridas)	Certificação profissional parcial Certificado de qualificações e Diploma de qualificação de nível 2

Fonte: Portaria nº 1082-A/2001, de 5 de Setembro, rectificada pela Declaração de Rectificação, nº 20-BD/2001, de 10 de Novembro, e alterada pela Portaria nº 286-A/2002, de 15 de Março; Portaria 211/2011, de 26 de Maio.

Oferta de nível secundário – níveis de qualificação 3 e 4

A oferta de nível secundário abrange modalidades muito diferenciadas, orientadas quer para o prosseguimento de estudos (nível de qualificação 3), quer para a obtenção de dupla certificação (nível de qualificação 4), com permeabilidade entre as duas vias.

Na via de *prosseguimento de estudos* integram--se os *Cursos Científico-Humanísticos* e os *Cursos Artísticos de Especialização de Música e Dança*, cuja idade ideal de frequência é o período entre os 15 e os 18 anos, hoje correspondente ao termo da escolaridade obrigatória.

As modalidades inseridas na categoria de dupla certificação (constantes na síntese da página seguinte) correspondem a uma qualificação de nível 4 e admitem as seguintes possibilidades:

- *Cursos Tecnológicos e Cursos Artísticos Especializados*, que se manterão em vigor até à sua plena substituição por Cursos Profissionais.
- *Ensino Profissional e Cursos de Aprendizagem*, que, sendo vias de formação profissionalizante já consolidadas, receberam novo impulso com a Iniciativa Novas Oportunidades (INO).
- *CEF de tipo 4 a 7 e o Curso de Formação Complementar*. O percurso de tipo 4 (com a duração de 1320 horas) e o Curso de Formação Complementar (com 1020 horas) não são incluídos na síntese da página seguinte, no primeiro caso porque, além de certificação de competências escolares, apenas atribui qualificação profissional de nível 2 e no segundo por se destinar exclusivamente à

certificação de competências escolares.

A partir dos 18 anos, portanto já fora da idade ideal de frequência, mantêm-se algumas das modalidades e dispositivos apresentados no nível básico e são acrescentadas novas possibilidades de concluir o ensino secundário, a saber:

- *Ensino Recorrente* que proporciona diferentes certificações conforme o curso frequentado: científico-humanístico, nível de qualificação 3; tecnológico ou artístico especializado de audiovisuais e artes visuais, nível de qualificação 4;
- *Cursos EFA* que, tendo tido início na constituição de uma rede experimental de dimensão reduzida apenas aplicada ao nível básico, passaram a constituir oferta de nível secundário com o lançamento da INO;
- *Formações Modulares*, que constituem unidades de formação modular de curta duração (25 ou 50 horas), capitalizáveis, destinadas a activos empregados ou desempregados. Traduzem-se em percursos formativos flexíveis com vista à obtenção de uma qualificação escolar, ou profissional, tendo por base os referenciais para a educação e formação de adultos previstos no Catálogo Nacional de Qualificações.
- processos de RVCC.
- *Vias de Conclusão do Ensino Secundário*, que permitem concluir o ensino secundário a adultos com um máximo de seis disciplinas em falta que tenham frequentado planos de estudo já extintos ou em fase de extinção (Decreto-Lei 357/2007, de 29 de Outubro).

VIAS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PARA A CONCLUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO Nível de qualificação 4

Eixo Jovens

Cursos Tecnológicos, Cursos Profissionais, Cursos Artísticos de Especialização

Acesso	Duração	Certificação
9º ano	3 anos	Diploma de ES - qualificação de nível 4

Cursos de Aprendizagem

Acesso	Duração	Certificação
9º ano	2800h a 3700h	Diploma de ES - qualificação de nível 4

Fonte: Portaria nº 1497/2008 de 19 de Dezembro e Portaria 289/2009 de 20 de Março

RAM: Portaria nº 36/2009 de 6 de Abril

Cursos de Educação e Formação (CEF)

Acesso	Acesso	Duração	Certificação
Tipo 5	10º ano ou frequência 11º ou percurso t4 ou t2 + CFC	2276h (2 anos)	Ensino secundário - qualificação de nível 4 (aplicada a correspondência prevista no QNQ)
Tipo 6	11º ou frequência 12º	1380 (1 ano)	Ensino secundário - qualificação de nível 4 (aplicada a correspondência prevista no QNQ)
Tipo 7	12º de CCH ou equivalente	1155h (1ano)	Ensino secundário - qualificação de nível 4 (aplicada a correspondência prevista no QNQ)

Eixo Adultos

Recorrente

Percurso	Acesso	Duração	Certificação
CT ou CAE	9º ano	3 anos	Diploma do Ensino Secundário - Qualificação de nível 4 (CT e CAE)

Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA)

Percurso	Nível	Acesso	Duração	Certificação
S3 - Tipo A	3 ou 4	9º ano	2045h	Certificado de 12º ano e diploma de Ensino Secundário - qualificação de nível 3 (escolar) ou 4
S3 - Tipo A escolar			1150h	
S3 - Tipo B	3 ou 4	10º ano	1680h	Certificado de 12º ano e diploma de Ensino Secundário - qualificação de nível 3 (escolar) ou 4
S3 - Tipo B escolar			625h	
S3 - Tipo C	3 ou 4	11º ano	1075h	Certificado de 12º ano e diploma de Ensino Secundário - qualificação de nível 3 (escolar) ou 4
S3 - Tipo C escolar			315h	
Na sequência de RVCC	3 ou 4	≤ 9º ano	**	Certificado de 12º ano e diploma de Ensino Secundário - qualificação de nível 3 (escolar) ou 4

Nota: ** Ajustável em função do resultado do processo de RVCC

Formações Modulares

Percurso	Acesso	Duração	Certificação
Variável	Sem qualificação adequada e prioritariamente sem EB	25h a 600h	Certificado de unidades concluídas Certificado final e diploma sujeitos a validação de percurso por CNO

Vias de conclusão do ES

Percurso	Nível	Acesso	Duração	Certificação
Via escolar	3	Frequência ES de planos de estudos extintos ou em extinção - máximo de 6 disciplinas por concluir	Variável	Certificado de unidades concluídas
Módulos CNQ	4			Cert. Final de nível 3 ou 4 e diploma

Fonte: Decreto-Lei 357/2007, de 29 de Outubro

Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)

Modalidade	Acesso	Duração	Certificação
RVCC Escolar	<12º ano	Variável (depende das competências adquiridas)	Certificação escolar parcial Certificação escolar de 12º ano e diploma do ES
RVCC Profissional	9º ano	Variável (depende das competências adquiridas)	Certificação profissional parcial Certificação profissional total
RVCC Profissional	12º ano	Variável (depende das competências adquiridas)	Certificação profissional parcial Certificado de qualificações e Diploma de qualificação de nível 4

3.2. Acesso

Inscritos em modalidades de educação básica - níveis de qualificação 1 e 2

Em 2010/2011 a Madeira registava 33329 inscritos em todas as modalidades de educação básica, níveis de qualificação 1 e 2, o que corresponde a 74,8% dos inscritos no sistema de educação e formação.

A tabela 3.2.1. mostra a distribuição da totalidade da população abrangida neste nível, por modalidade, verificando-se em 2010/11 que depois do ensino regular, as modalidades que acolhem maior percentagem de inscritos são os CEF, os processos RVCC, os cursos EFA e o Recorrente, por esta ordem.

Isolando o 3º ciclo, onde as modalidades de dupla certificação têm maior expressão, verifica-se, na Figura 3.2.1, que os cursos profissionais têm abrangido um número cada vez maior de inscritos nos últimos anos. Observa-se uma diminuição dos inscritos no ensino regular em detrimento de outras modalidades.

Comparando a distribuição de inscritos no 3º ciclo (Figura 3.2.2.) verifica-se que os processos RVCC são os que representam um maior volume no Continente sendo a região Norte aquela que apresenta maior participação. As regiões autónomas da Madeira e dos Açores são as regiões com maior percentagem de inscritos no ensino regular.

Em termos evolutivos, os resultados evidenciam uma diminuição global de inscritos entre 1999/00 e 2010/11, sobretudo devido à quebra de inscritos nas modalidades de ensino regular e recorrentes nos três ciclos que compõem este nível de ensino. Observa-se que no final da década houve um crescimento na adesão de jovens e adultos a modalidades de dupla certificação, como os CEF, os Cursos EFA e os processos RVCC.

Tabela 3.2.1. Evolução de inscritos no ensino básico - níveis 1 e 2 -, por modalidade e ciclo de estudo. Madeira

Ciclo/Modalidade	1999/00	...	2003/04	...	2007/08	2008/09	2009/00	2010/11
Ensino Básico	38 350		36 101		34 551	34 426	34 315	33 329
1º ciclo do ensino básico	17 420		15 984		14 896	14 362	14 156	13 647
Regular	16 488		15 397		14 466	13 986	13 855	13 294
Recorrente	932		587		430	376	301	353
2º ciclo do ensino básico	8 550		8 334		7 820	7 853	7 758	7 808
Regular	8 430		8 237		7 276	7 254	7 092	7 259
Percursos curriculos alternativos	-		-		394	418	402	279
Profissional/Qualificante	-		12		-	-	-	-
CEF	-		-		25	-	13	45
Cursos EFA	-		-		-	12	125	137
Recorrente	120		85		125	98	38	-
Processos RVCC	-		-		-	71	88	88
3º ciclo do ensino básico	12 380		11 783		11 835	12 211	12 401	11 874
Regular	11 573		10 825		10 090	9 707	9 687	9 676
Percursos curriculos alternativos	-		-		78	85	152	197
Profissional	150		39		38	32		12
CEF	-		-		865	968	1 123	1 171
Cursos EFA	-		-		-	83	257	321
Recorrente	657		919		764	664	348	106
Processos RVCC	-		-		-	672	834	391

Figura 3.2.1. Evolução da distribuição de inscritos (%) no 3º ciclo do ensino básico – nível 2 -, por modalidade

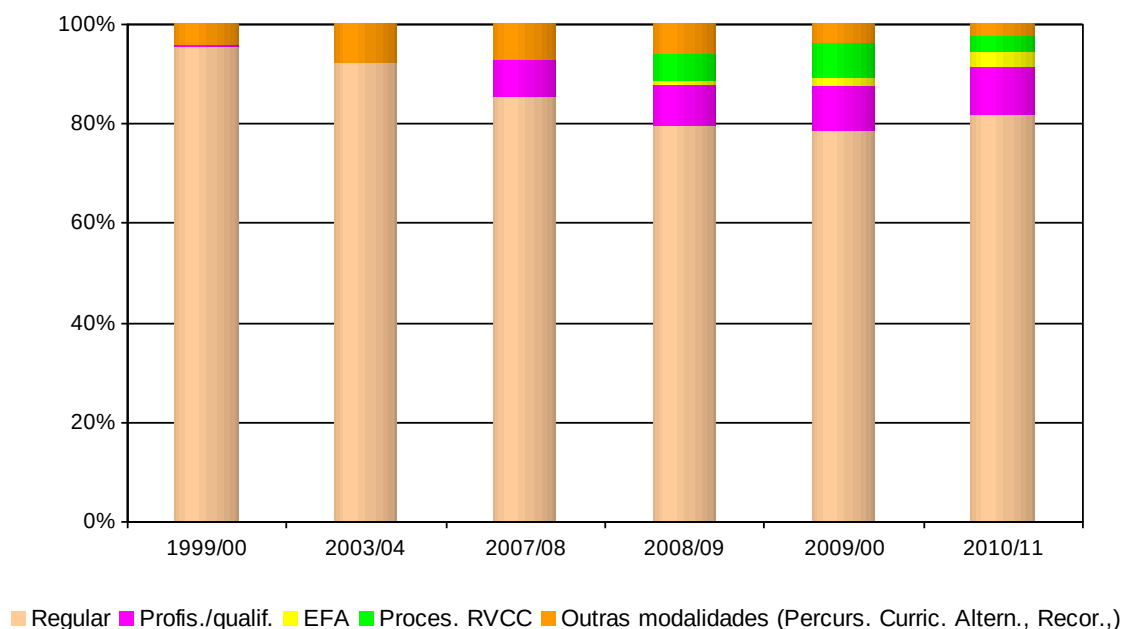
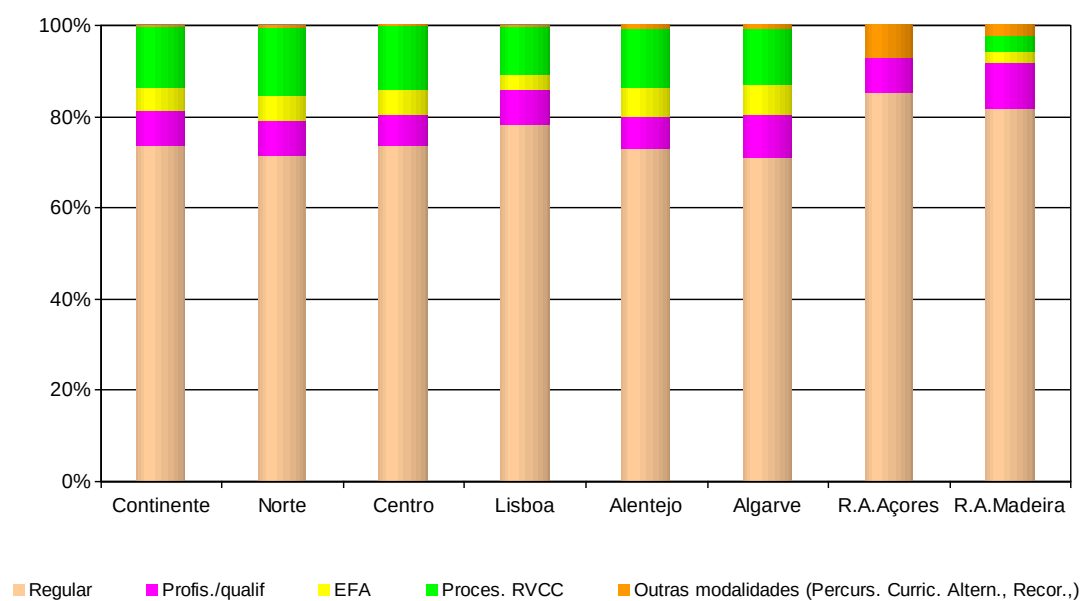


Figura 3.2.2. Distribuição de inscritos (%) no 3º ciclo do ensino básico – nível 2 -, por modalidade (2010/11)



Nota: A categoria Profissional/qualificante inclui os cursos profissionais e os cursos CEF

Inscritos em modalidades de nível secundário - níveis de qualificação 3 e 4

No ano 2010/11 o nível secundário registava 11 200 jovens e adultos, o que corresponde a 25% dos participantes no sistema de educação e formação (Tabela 3.2.2.), sendo que na Madeira os jovens em idade ideal para frequentar este nível de ensino (14 a 17 anos) equivalem a pouco mais de metade (Figura 3.2.3.)

A Tabela 3.2.2. ilustra a distribuição da população inscrita em Portugal nas várias modalidades disponíveis, tornando claro que os Cursos Científico-Humanísticos são os que apresentam um peso superior (53%). Sucedem-se pela mesma ordem os Cursos Profissionais com 14,6% e os Cursos Tecnológicos com 13,3%.

Numa análise por regiões (Figura 3.2.4.), verifica-se que a proporção de inscritos em modalidades de dupla

certificação é superior aos inscritos nos Cursos Científico-Humanísticos, com a exceção das Regiões Autónomas que continuam a apresentar percentagens superiores de frequência nesta via. A Madeira é a região onde as modalidades de dupla certificação têm um peso percentualmente inferior, embora os Açores apresente valores muito próximos.

A análise evolutiva, ao contrário do ensino básico, regista um crescimento do número de inscritos. Entre 2007/08 e 2010/11 assiste-se a um crescimento de +1155 inscritos, com um grande contributo dos cursos de dupla certificação destinados aos jovens, em especial os CEF e os cursos profissionais.

Figura 3.2.3. Distribuição etária (%) dos inscritos no ensino secundário – níveis 3 e 4. Madeira (2010/11)

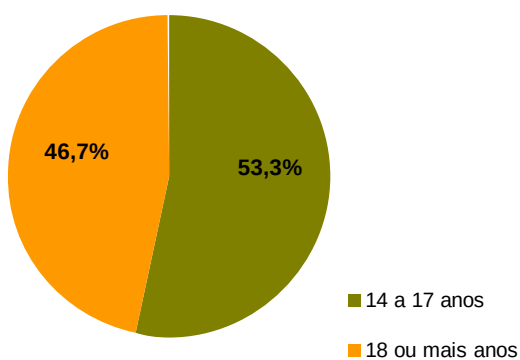
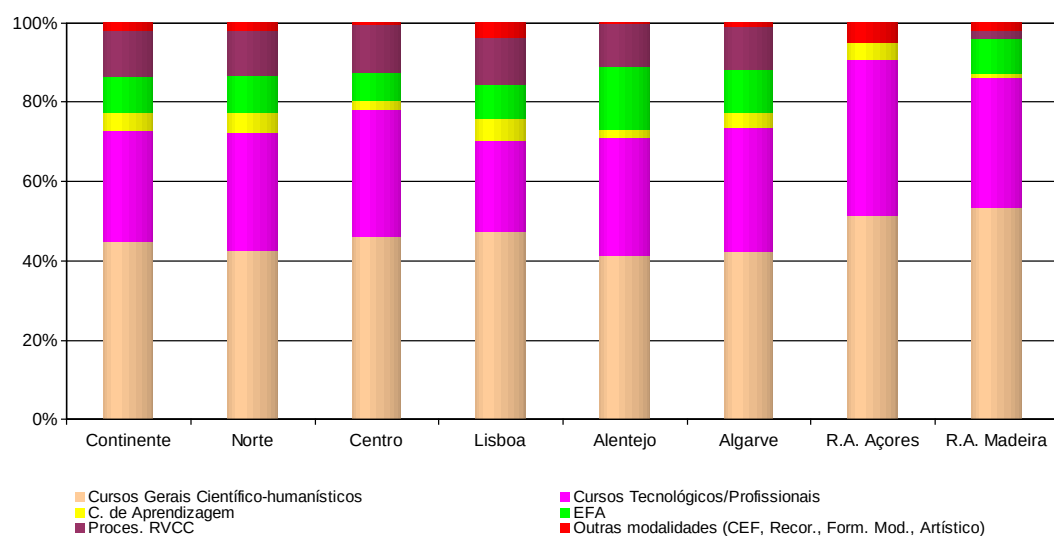


Tabela 3.2.2. Evolução de inscritos no ensino secundário por modalidade. Madeira

Modalidade	1999/00	...	2003/04	...	2007/08	2008/09	2009/00	2010/11
Total	10709		11407		10045	10767	11134	11200
Cursos gerais/científico-humanísticos	7667		6628		5785	5837	5917	5954
Cursos tecnológicos	1110		1466		1438	1406	1447	1493
Cursos profissionais	863		1265		1427	1623	1580	1633
Cursos de aprendizagem							59	115
CEF			26		233	431	496	539
Cursos EFA						197	651	997
Ensino recorrente	1069		2022		1162	976	555	267
Processos RVCC						297	429	202

Figura 3.2.4. Distribuição de inscritos (%) no ensino secundário – níveis 3 e 4. (2010/11)

3.3. Apoios

Educação especial

A Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), subscrita por Portugal, afirma que a escola regular deve acolher os alunos com necessidades especiais, sendo esse o melhor caminho para cumprir o objetivo de potenciar ao máximo as suas capacidades. Nesta perspetiva, a escola passou a integrar crianças e jovens tradicionalmente "excluídos" do ensino regular.

Na R.A. Madeira a população alvo de alunos em educação especial é mais abrangente que no Continente, uma vez que esta inclui não só os jovens com

incapacidade permanente (DLR nº 33/2009/M).

O número de alunos em educação especial atingiu o valor de 3 519 em 2011/12, verificando-se nos últimos anos um ligeiro crescimento.

O número de técnicos em educação especial tem-se mantido quase inalterável nos últimos anos. Destaca-se a especialidade de psicologia que abrange cerca 35% dos técnicos seguindo-se serviço social e reabilitação (psicomotricidade), Serviço Social, Terapeutas ocupacionais e Terapeutas da fala.

Tabela 3.3.1. Alunos (Nº) em Educação Especial no ensino público. Madeira

Anos lectivos	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12
Número de alunos	3 454	3 327	3 392	3 519

Fonte: Direcção Regional de Educação

Tabela 3.3.2. Técnicos (Nº) no ensino público e privado, por tipo de especialidade segundo o ano letivo. Madeira

	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Terapeutas ocupacionais	9	9	9	9
Terapeutas da fala	9	9	9	9
Dietética	2	2	2	2
Fisioterapia	6	6	6	6
Audiologista	1	1	1	1
Ciências da educação	3	5	5	5
Serviço social	10	10	10	10
Educação especial e reabilitação (psicomotricidade)	10	9	9	9
Psicologia	33	33	33	33
Sociologia	4	4	4	4
Formadores LGP	2	4	4	3
Interpretes LGP	-	2	2	2
Total	89	94	94	93

Fonte: Direcção Regional de Educação

Escola a Tempo Inteiro

O projeto de Escola a Tempo Inteiro (ETI) tem o duplo objetivo de garantir, gratuitamente, a todos os alunos um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo e articular a atividade da escola e a organização das respostas sociais no domínio de apoio às famílias.

Na R.A.Madeira no ano letivo 2010/2011, 95% do total de estabelecimentos do público que lecionam o 1º ciclo do ensino básico estão abrangidos pela ETI.

Se a análise incidir sobre o número de alunos abrangidos pela ETI, a percentagem de alunos abrangidos é de 97%.

Figura 3.3.1. Evolução dos alunos abrangidos (%) pela ETI no ensino Público. Madeira

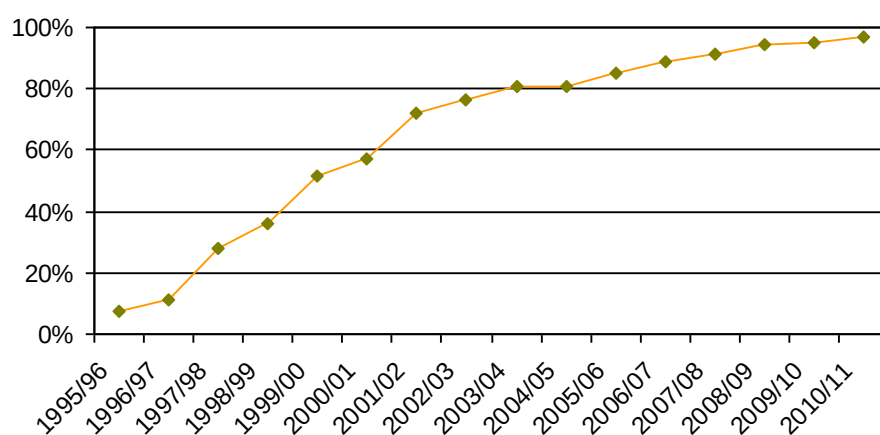


Tabela 3.3.3. Estabelecimentos (%) do ensino público que lecionam o 1º ciclo e abrangidos por ETI, segundo o ano letivo. Madeira. Público.

	Número de estabelecimentos abrangidos pela "Escola a tempo inteiro" (público)	Número de estabelecimento que lecionam o 1º ciclo básico (público)	%
1995/96	10	139	7%
1996/97	15	136	11%
1997/98	28	131	21%
1998/99	39	123	32%
1999/00	53	119	45%
2000/01	60	117	51%
2001/02	74	117	63%
2002/03	79	115	69%
2003/04	83	112	74%
2004/05	88	110	80%
2005/06	90	110	82%
2006/07	91	107	85%
2007/08	91	103	88%
2008/09	94	103	91%
2009/10	96	103	93%
2010/11	97	102	95%

Fonte: Direcção Regional de Planeamento, Recursos e Infraestruturas

Tabela 3.3.4. Alunos (%) que frequentam o 1º ciclo do ensino básico e abrangidos por ETI, segundo o ano letivo. Madeira. Público.

	Número de alunos abrangidos pela "Escola a tempo inteiro" (público)	Total de alunos matriculados no 1º ciclo básico (público)	%
1995/96	1 101	15 171	7%
1996/97	1 625	14 801	11%
1997/98	3 925	14 154	28%
1998/99	4 943	13 680	36%
1999/00	6 855	13 303	52%
2000/01	7 494	13 056	57%
2001/02	9 249	12 891	72%
2002/03	9 648	12 583	77%
2003/04	9 937	12 350	80%
2004/05	9 948	12 297	81%
2005/06	10 426	12 268	85%
2006/07	10 691	12 047	89%
2007/08	10 650	11 627	92%
2008/09	10 560	11 153	95%
2009/10	10 517	11 056	95%
2010/11	10 177	10 506	97%

Fonte: Direcção Regional de Planeamento, Recursos e Infraestruturas

3.4. Professores

Apesar do decréscimo de alunos no ensino básico, entre 1999/00 e 2010/11 a Tabela 3.3.1 mostra que no mesmo período o número de docentes do 1º e 2º ciclos do ensino básico aumentou no mesmo período. Refira-se que no ensino privado o número de docentes só aumentou no 1º ciclo, diminuindo nos restantes níveis de ensino, nos anos em análise.

As habilitações dos docentes demonstram que independentemente do nível de ensino ministrado, predominam os docentes com habilitações ao nível da Licenciatura ou equiparado. A taxa de feminidade é elevada nos ensinos básico e secundário, sendo mais alta no 1º ciclo.

Tabela 3.4.1. Docentes em exercício nos ensinos básico e secundário por natureza institucional. Madeira

Ano	Ensino básico 1º ciclo			Ensino básico 2º ciclo			Ensino básico 3º ciclo e secundário		
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
1999/00	1 322	1 172	150	1 137	1 067	70	2 618	2 403	215
2009/10	1 872	1 620	252	1 035	986	49	3 226	3 045	181
2010/11	1 765	1 509	256	972	921	51	3 045	2 848	197

Figura 3.4.1. Docentes do ensino básico e secundário, em exercício, por habilitação académica. Madeira

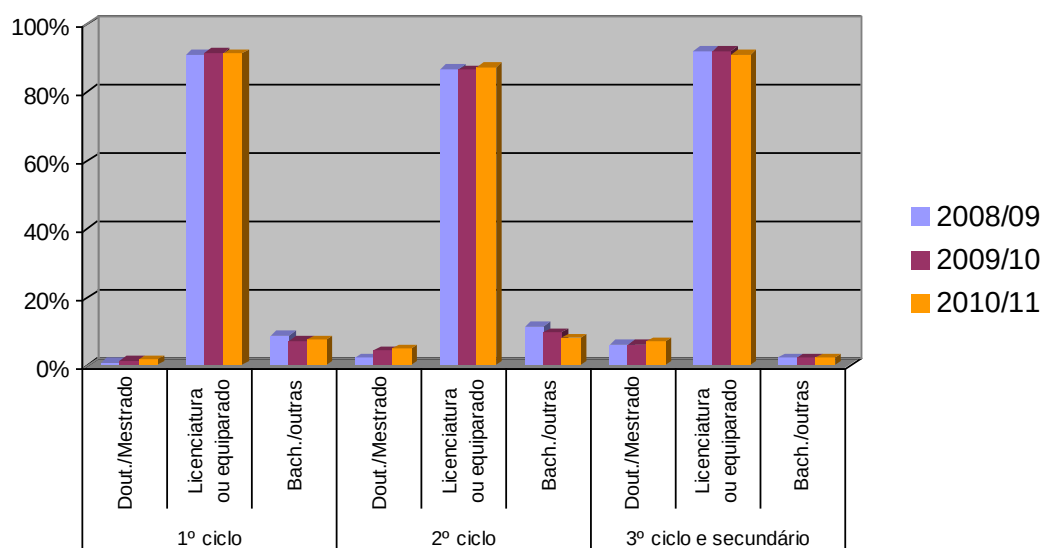
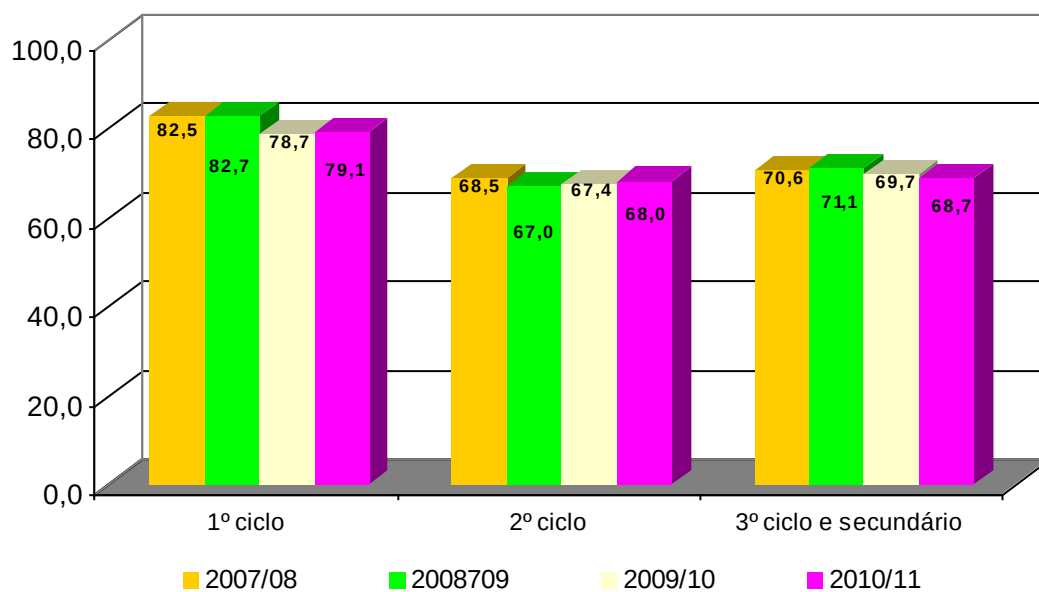


Figura 3.4.2. Taxa de feminidade dos docentes dos ensinos básico e secundário.
Madeira



As Figuras 3.4.3. a 3.4.5. põem em evidência o envelhecimento progressivo dos docentes, mais visível no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário. De um modo geral verifica-se uma tendência de descida acentuada no número de docentes com menos de 30 anos, em especial no 2º ciclo, 3º ciclo e secundário.

Quanto ao vínculo laboral dos docentes do ensino público, a maioria pertence ao quadro em todos os níveis de escolaridade. Ressalta, no entanto, que se assiste ao início de uma tendência de diminuição do número de professores do quadro a par de uma subida percentual do número de contratados (Figura 3.4.6.). Esta tendência é mais visível no 2º ciclo, 3º ciclo e secundário.

Figura 3.4.3. Docentes do 1º ciclo, em exercício, com menos de 30 e mais de 50 anos. Madeira

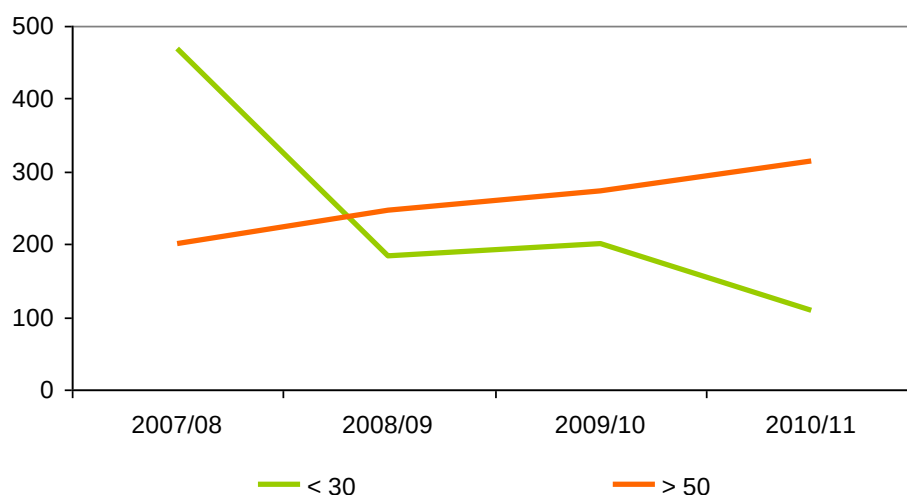


Figura 3.4.4. Docentes do 2º ciclo, em exercício, com menos de 30 e mais de 50 anos. Madeira

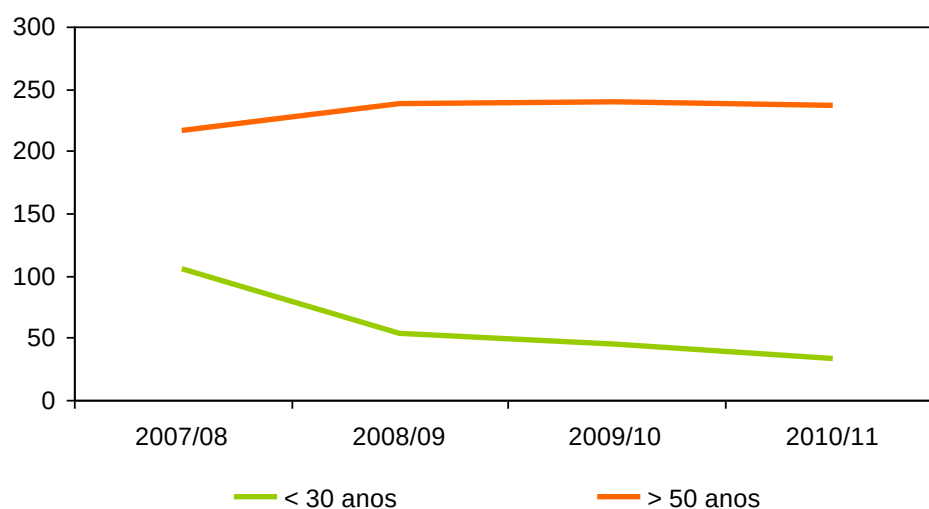


Figura 3.4.5. Docentes do 3º ciclo e secundário, em exercício, com menos de 30 e mais de 50 anos. Madeira

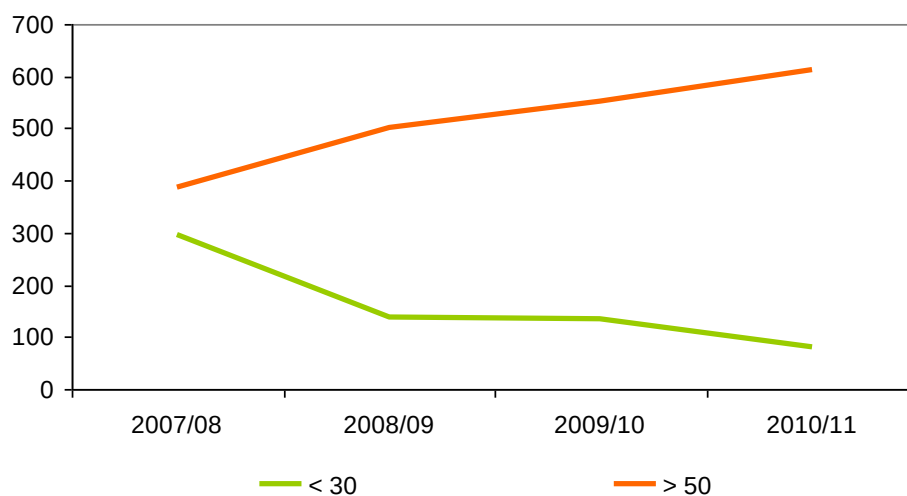
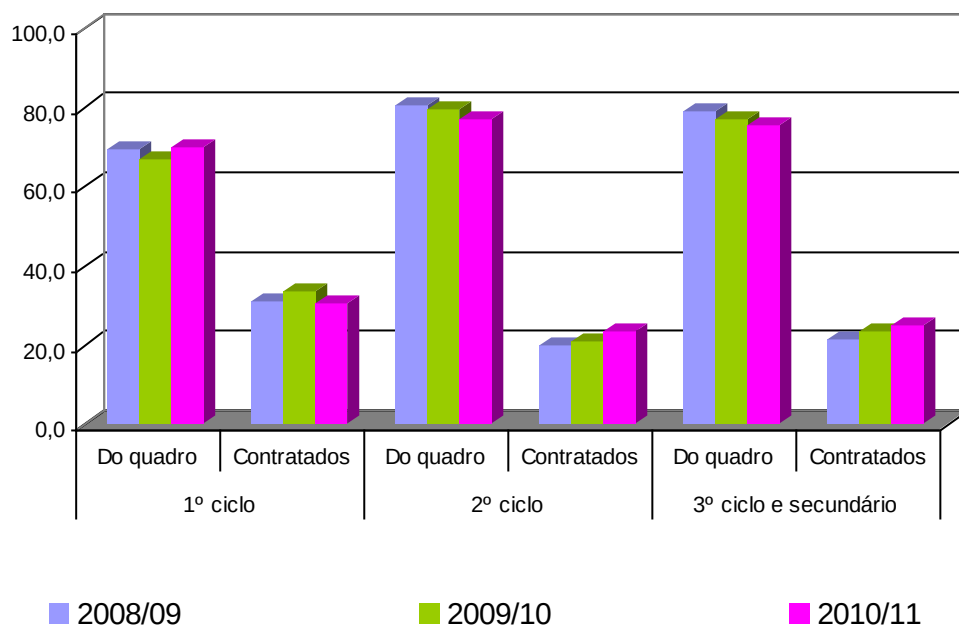


Figura 3.4.6. Docentes dos ensinos básico e secundário (%) em exercício no estabelecimento, por vínculo laboral. Madeira. Público



3.5. Resultados

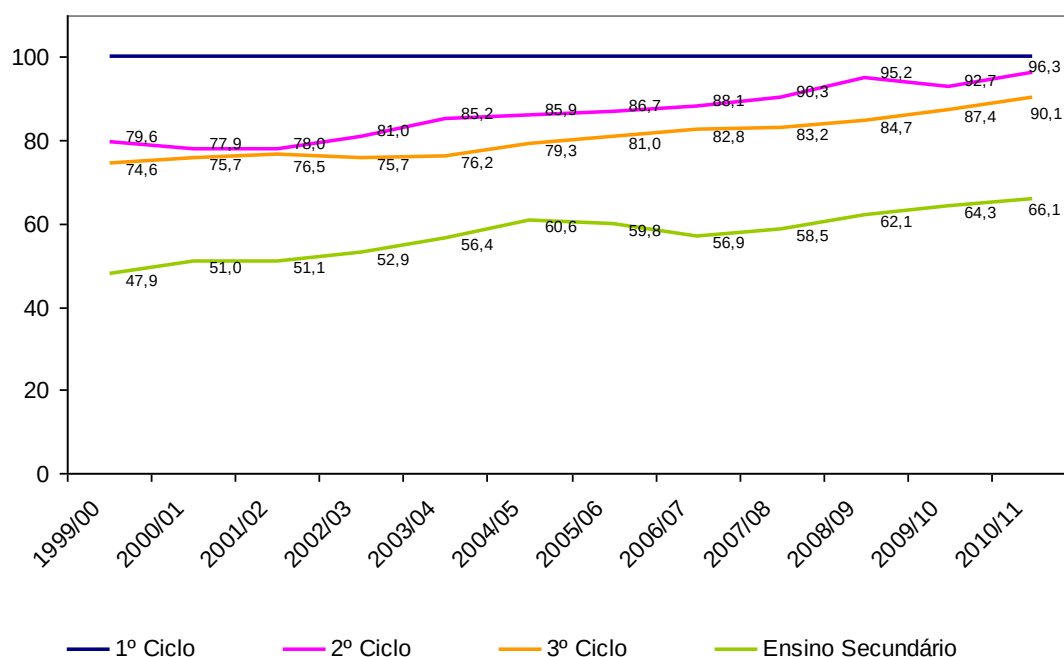
Taxa real de escolarização

Taxa real de escolarização é a relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, com idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

Tendo esta definição em consideração, verifica-se que o primeiro ciclo atingiu os 100% de escolarização. No 2º e 3º

ciclos da educação básica e no ensino secundário ainda não atingimos esse patamar, mas houve uma evolução favorável das taxas de escolarização na última década, com uma variação positiva de 16,7pp no 2º ciclo, 15,5pp no 3º ciclo e 18,2pp no ensino secundário (Figura 3.5.1).

Figura 3.5.1. Taxa real de escolarização (%) segundo o nível de educação/ensino. Madeira



Abandono precoce de educação e formação

O abandono escolar precoce¹ é um fenómeno complexo que afeta vários países da UE, e Portugal em particular, que regista uma das taxas mais elevadas.

Pelos efeitos negativos (a nível individual, da economia e da sociedade em geral) que a saída escolar precoce gera, a título pessoal e social, este indicador foi um dos cinco escolhidos para acompanhamento no âmbito do Programa de Educação e Formação 2020 da UE.

Pela tabela 3.5.1. constata-se que Portugal e a Madeira têm feito progressos significativos na redução do número de alunos que abandonaram prematuramente a escola, no entanto ainda estão distantes da meta europeia definida para 2020 (redução da taxa para um valor inferior a 10%).

Desagregando os resultados obtidos por sexo, verifica-se que, em Portugal e na Madeira, são os homens que saem mais precocemente do sistema, embora sejam eles os que têm feito o maior esforço de recuperação, neste grupo etário.

Tabela 3.5.1. População residente (%) entre os 18 e os 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3ºciclo do ensino básico e que não estão a frequentar nenhum tipo de educação (formal ou não formal)

	Homens e Mulheres					Homens					Mulheres				
	2000	2008	2009	2010	2011	2000	2008	2009	2010	2011	2000	2008	2009	2010	2011
EU 27	17,6 (1)	14,9	14,4	14,1	-	19,6 (1)	16,9	16,3	16	-	15,5 (1)	12,9	12,5	12,2	-
Zona Euro (16 países)	19,7	16,6	15,9	15,6	-	22,3	19,1	18,4	18,1	-	17	13,9	13,5	13,1	-
Portugal	43,6	35,4	31,2	28,7	23,2	50,9	41,9	36,1	32,7	28,2	36,3	28,6	26,1	24,6	18,1
RAM	46,9	46,8	39,5	37,3	31,7	56,9	56,2	48,0	43,0	39,3	36,6	36,8	30,4	31,3	23,6

Nota: (1) valor estimado

¹ O conceito de “abandono escolar precoce” abrange todas as formas de abandono da educação e formação por parte dos jovens antes da conclusão do ensino secundário ou nível equivalente de educação e formação.

Conclusão e certificação

As tabelas 3.5.2. e 3.5.3. permitem observar a evolução do número de jovens e adultos que concluíram o ensino básico e secundário entre 1999/00 e 2007/08 e nos anos subsequentes.

Verifica-se no ensino básico uma oscilação no total de conclusões, também em parte derivado da implementação dos Processos RVCC. Se analisarmos o ensino regular

constata-se que ao longo dos anos tem-se assistido a uma diminuição do nº de alunos que concluíram o ensino básico.

No ensino secundário assiste-se a um crescimento continuado desde o ano letivo 2007/08 até ao final do período em análise. No último ano em análise é de destacar o peso que os Cursos Profissionais e Cursos EFA, que no conjunto representam 33% das conclusões registadas.

Tabela 3.5.2. Alunos / adultos (n.º) que concluíram o ensino básico, por modalidade de ensino. Madeira

Modalidade	1999/00	...	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Total	2 976		3 172	2 895	3 592	3 163
Regular - 9º ano	2 708		2 653	2 476	2 436	2 361
Curso profissional - nível 2	79		16	18	-	-
C. Educação e Formação (tipo 2 e 3)	-		424	339	512	500
C. Educação e Formação de adultos	-		-	-	61	108
Ensino recorrente	189		79	62	107	46
Processos RVCC	-		-	-	476	148

Tabela 3.5.3. Alunos / adultos (n.º) que concluíram o ensino secundário, por modalidade de ensino. Madeira

Modalidade	1999/00	...	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Total	2 263		1 964	1 975	2 323	2 644
Cursos gerais/científico-humanísticos	1 748		1 153	1 141	1 114	1 180
Cursos tecnológicos	137		200	225	240	278
Cursos profissionais - nível 3	250		312	304	251	437
Cursos de aprendizagem	-		-	-	13	15
C. Educação e Formação (tipo 5 e 6)	-		69	124	191	131
C. Educação e Formação de adultos	-		-	22	208	434
Ensino recorrente	128		230	159	186	150
Processos RVCC	-		-	-	120	19

GLOSSÁRIO

Índice de envelhecimento – Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas dos 0 aos 14 anos).

Taxa de emprego (15 e mais anos) - Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade activa (população com 15 e mais anos de idade).

População activa - Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

Taxa de desemprego - Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população activa.